

Lula é eleito pela terceira vez



Apoiadores de Luiz Inácio Lula da Silva comemoram na avenida Paulista o momento da virada sobre Bolsonaro durante a apuração. Bruno Santos/Folhapress

Lula bate Bolsonaro por 50,9% a 49,1% na disputa mais acirrada da história

Atual mandatário é o primeiro a não conseguir reeleição desde que ela passou a valer no país

Igor Gielow

SÃO PAULO Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito novamente presidente do Brasil. De acordo com a apuração realizada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o líder petista venceu o segundo turno da disputa, neste domingo (30), ao derrotar o atual chefe do Executivo, Jair Bolsonaro (PL), o primeiro a não conseguir a reeleição. Com 99,99% das urnas apuradas, Lula tinha 50,9% dos votos válidos (66,35 milhões), e Bolsonaro, 49,1% (58,21 milhões). É a menor diferença da história do país desde a redemocratização de 1985 — em 2014, Dilma Rousseff (PT) bateu Aécio Neves (PSDB) por 51,64% a 48,36%. Em seu primeiro pronunciamento após a vitória, Lula pregou conciliação, dizendo que “não existem dois Brasis”, e reforçou a intenção de combater a miséria e a fome, com o chavão de incluir os pobres no Orçamento. afirmou ainda que precisará de todos os segmentos da sociedade para conseguir governar.

Mais tarde, em discurso para uma multidão na avenida Paulista, o presidente eleito inflamou a militância com falas sobre direitos iguais para mulheres e negros. Ele repetiu a promessa de recriar o Ministério da Cultura e ter uma pasta voltada para os povos indígenas. O petista também afirmou esperar um sinal de Bolsonaro para que a transição de governo seja feita. “Estou meta-delegra e meta-de preocupação porque a partir de amanhã [segunda, 31] tenho que começar a me preocupar em como a gente vai começar a governar o país”, disse. “Preciso saber se o presidente vai permitir a transição.”

Quando assumir, em janeiro, Lula, 77, será o mais velho ocupante do cargo na história. Será sua terceira passagem pelo governo, que liderou em dois mandatos (2003-2010). Após a altamente incomum campanha de 2018, quando os brasileiros elegeram um obscuro deputado federal dono de um discurso radical de direita em reação à implosão vigente do sistema partidário tradicional, desta vez a maio-

ria do eleitorado buscou conforto numa figura conhecida. Com efeito, Lula passou a jornada eleitoral vendendo a ideia de uma volta ao passado, quando a economia mundial era outra e favorável ao Brasil. Os escândalos de corrupção associados ao seu partido, o PT, mantiveram sua rejeição alta, acima dos 40%, mas o caráter plebiscitário do pleito foi pior para Bolsonaro, que sempre registrou ao menos 50% de ojeriza dos eleitores. O então candidato petista não quis se comprometer com soluções claras para problemas centrais, de resto inexistentes também na retórica radical de Bolsonaro, que passou o mandato em uma escalada autoritária que culminou nas investidas contra o próprio sistema eleitoral que o gerou.

Desde 2020, fala-se abertamente acerca do golpismo do atual presidente e qual apoio ele poderia angariar, levando até a inusuais manifestações em favor da democracia brasileira feitas pelos EUA.

Essa degradação institucional também favoreceu a figura apresentada por Lula, de compromisso com a democracia e com a previsibilidade, ainda que ele tenha pedido um cheque em branco ao eleitor, já que não colocou no papel as propostas citadas em discursos. Em janeiro de 2023 será conhecido o seu valor. A campanha, salvo lamentáveis episódios em que houve mortes, só esqueceu retoricamente ao longo do segundo turno, após Bolsonaro chegar a ele com uma votação superior à que se antecipava com base nas pesquisas. Voto útil de eleitores de Ciro Gomes (PDT) e abstenção foram apontados como responsáveis.

Pelo caminho ficaram o petista Simone Tebet (MDB), surgidos das ruínas do projeto de terceira via que vitimou João Dória (ex-PSDB, fora do pleito), Sérgio Moro (União Brasil, eleito senador) e tantos outros. Ciro parece no ocaso de sua carreira; Tebet, no começo. Ambos apoiaram Lula, mas a emedebista ganhou assento e voz na campanha, sugerindo que o governo do petista será de transição. O arco narrativo entre o mo-

mento em que o petista deixou o poder, com popularidade acima de 80%, e seu triunfo agora é marcado por uma das maiores reviravoltas já registradas na política brasileira.

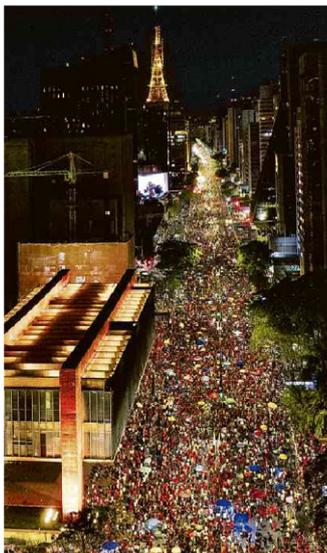
Em 2010, Lula conseguiu eleger a sucessora ungida, Dilma Rousseff (PT). Até 2013, ela registrou índices de aprovação até superiores aos do mentor, mas as ruas colapsaram nos atos de junho daquele ano.

As massas que ocuparam cidades inicialmente pelo reajuste da tarifa do transporte liberaram uma energia de protesto repressada havia anos no país. A classe média ganhou corpo e, com ela, um eleitorado conservador mais aguçado em um ambiente usualmente habitado pela centro-esquerda.

Dilma se reelegeu em 2014, mas com muita dificuldade. Seu rival à época, Aécio Neves (PSDB), iniciou um movimento de contestação de sua legitimidade e foi seguido por um Congresso cada vez mais insatisfeito com a ruína econômica que o petista começava a entregar na forma de recessão.

Ao mesmo tempo, desde aquele ano, a Operação Lava Jato trouxe níveis inauditos de revelações de corrupção envolvendo o mundo político, o PT a frente, mas não só. O clima de indignação, particularmente na classe média ante uma esquerda cada vez mais atônita, deu continuidade a movimentos de 2013. A tempestade perfeita atingiu Dilma em 2016, quando o petista foi impedida. Lula buscou se afastar, mas logo depois viu as investigações chegarem a seus calcanhares.

Em 2018, condenado em duas instâncias, o ex-presidente foi preso, com uma mãozinha do Exército de onde saiu Bolsonaro, via pressão exercida por seu comandante sobre o Supremo, que iria julgar um habeas corpus preventivo, mas o fato é que a corte teria decidido da mesma forma. O episódio do post do general Eduardo Villas Bôas no Twitter ficou como marco da anomia que se insinuaria nos anos seguintes, de todo modo. Para os militares, é uma herança que, assim como a assonância simbólica ao governo do capitão reformado, levará anos para ser processada.



Multidão celebra na avenida Paulista, em frente ao Masp, a eleição de Lula para a Presidência. Eduardo Knapo/Folhapress



Apoiadora de Lula assiste no largo da Prainha, zona portuária do Rio de Janeiro, ao discurso da vitória. Eduardo Anzelli/Folhapress

E Lula amargou 580 dias numa cela da Polícia Federal em Curitiba, coração da Lava Jato. Enquanto isso, o sistema político desmoronava com descobertas diversas de corrupção. O governo de Michel Temer (MDB), que era vice de Dilma, parou de funcionar em maio de 2017, após eclodir o escândalo no qual o presidente foi grameado pelo empresário Joesley Batista.

Terra arrasada, emergiu Bolsonaro, fingindo que seus 28 anos de Congresso o qualificavam de “outsider”. As franjas mais radicais da direita que se viam nas ruas desde o impeachment ganharam corpo nas redes sociais, defendendo ideias golpistas, autoritárias e intervencionistas.

Lula ficou preso até dezembro de 2019, quando a mudança do entendimento do momento da prisão foi feita pelo mesmo Supremo que havia decidido endurecê-la e autorizá-la antes do trânsito em julgado. Em abril de 2021, veio a recuperação dos direitos políticos, a partir da anulação de suas condenações por uma questão processual.

No Brasil, a maré da Lava Jato refletiu, e Bolsonaro foi o primeiro a instrumentalizar isso. Trouxe para seu governo Moro, o juiz símbolo da operação, só para “levar tirando um ano depois”. O ex-magistrado viu sua engavetada moral desaparecer no momento em que a Lava Jato em si foi encerrada por uma Procuradoria Geral aliada do presidente e acabou imolado ao ser declarado parcial no Supremo.

Nunca houve no Brasil um presidente tão divisivo. O escaninho que a história reservará a Bolsonaro é dividido entre a repugnância que causou na maioria e a adoração da grande fatia de pessoas que o apoia. É um capital que ele arregimentou, decisivo para definir seu papel daqui para a frente.

A pandemia exacerbou o quadro, opondo um presidente negociante a governadores obrigados a adotar medidas impopulares para tentar cobrir a circulação do vírus. Os incentivos de Bolsonaro a tratamentos falsos e remédios ineficazes e a proteção na compra de vacinas lhe fizeram valer o apelido de genocida: sob sua guarda, morreram 686 mil brasileiros até aqui.

Dada a anemia com que alternativas se comportavam em pesquisas, Lula começou então sua caminhada de volta ao Planalto. O principal gesto simbólico foi a adesão de Geraldo Alencar, seu adversário no segundo turno de 2020, que virou seu vice pelo PSB após mais de duas décadas no PSDB.

As dificuldades econômicas, em especial a inflação de alimentos, perseguiram Bolsonaro e selaram a preferência por Lula entre os mais pobres.

Na elite, o petista evitou se apresentar por completo, mas fez realizações de que pretende governar de forma pactuada, pois não terá maioria natural no Congresso até que o centro, que apoiou Bolsonaro e o abrigou, resolva se acomodar ao novo-velho presidente — um processo já em curso.

Ainda há dúvidas acerca de qual Lula irá se sentar na cadeira: se uma figura mais imperial, buscando lustrar a imagem após os arranhões na reta final da carreira, preparando uma transição para um Brasil em que ele não seja personagem central, ou um presidente mais incisivo no cotidiano, talvez procurando vingança ou compensação pelo que percebe como injustiça sofrida.

Um primeiro teste será sua relação com o Judiciário: os mesmos ministros do Supremo que viveram às turras com Bolsonaro foram aqueles que validaram por um tempo a lava-jatismo e fustigaram Lula. Lula terá duas vagas para preencher no STF já na estreia no mandato. Isso, e a definição de um nome político que não assuste o empresariado na chefia da economia, serão sinalizadores potentes acerca do que pretende e se retirante de Garanhuns (PE).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Eleições 2022 **Página:** 2